



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública – SICAP

PLANO DE CONTAS

TCE/TO - Palmas - Agosto/2007

PLANEJAMENTO x RECURSOS VINCULADOS

QUAL SERÁ A SUA
PRIORIDADE ?

FACULDADE ?

10

CASA ?

20

CARRO?

20

RECEITAS

ALUGUEL = 10

SALARIO = 20

Programação
Pagamento

C/ Poupança = 10

C/ Corrente = 20

LEI DE
ORÇAMENTO
ANUAL
LOA

Classificações Orçamentárias

O orçamento é apresentado de forma codificada. Sua leitura conduz à identificação das prioridades governamentais, do nível de responsabilidade pela aplicação dos recursos públicos e do respectivo montante. São três as classificações orçamentárias:

- **Classificação institucional;**
- **Classificação Funcional e Programática** - Portaria 42/99, para os municípios a partir de 2002;
- **Classificação Econômica** da Receita e da Despesa - Portaria 163/2001, a partir do exercício de 2002.

Classificação Institucional

A **classificação institucional** identifica as **unidades administrativas** responsáveis pela execução da despesa.

Esta classificação é fundamental para a definição de responsabilidades e para os processos de **controle** e **avaliação** de resultados da utilização dos recursos.

A **classificação institucional** deve acompanhar a estrutura administrativa da entidade pública.

Exemplo: A Secretaria de Obras e Serviços Públicos tem 3 unidades administrativas e 3 entidades vinculadas.

- **15** - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
- **15.01** - Gabinete do Secretário
- **15.02** - Coordenadoria Geral de Obras
- **15.03** - Coordenadoria Geral de Conservação
- **15.31** - Instituto de Geotécnica
- **15.41** - Fundação Parques e Jardins
- **15.51** - Companhia de Limpeza Urbana

Classificação Funcional e Programática

Portaria SOF nº 42 (a partir da LOA 2002) -

Atualiza a discriminação da despesa por funções e estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais.

- **Função:** maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que compõem o setor público.
- **Subfunção:** é a subdivisão da função - agrega subconjuntos de despesas do setor público

- **Programa:** instrumento de organização da ação governamental, visando objetivos preteridos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- **Projeto:** instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

- **Atividade:** instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- **Operações especiais:** Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços não contribuem para o desenvolvimento direto das ações do governo.¹⁰

Classificação Econômica

A **Portaria STN/SOF nº 163**, de 04/05/01, dispõe sobre normas gerais de consolidação das contas públicas, trazendo uma nova Classificação Econômica da Despesa desde o exercício de 2002.

A classificação da despesa, segundo a sua natureza, compõe-se de

I - categoria econômica:

3 - Despesas Correntes

4 - Despesas de Capital

II - natureza de despesa:

Entende-se por **grupos de natureza de despesa** a agregação de **elementos de despesa** que apresentam as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

Grupos de Naturezas de Despesa

- 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- 2 - Juros e Encargos da Dívida
- 3 - Outras despesas correntes
- 4 - Investimentos
- 5 - Inversões Financeiras
- 6 - Amortização da Dívida

III - elemento de despesa:

O **elemento de despesa** tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamento e material permanente, auxílios, amortização e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

(exemplos)

01 - Aposentadorias e Reformas

03 - Pensões

04 - Contratação por Tempo Determinado

11 - Vencimentos e Vantagens Fixas

30 - Material de Consumo

32 - Material de Distribuição Gratuita

36 - Serviços de Terceiros - Pessoa Física

39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

91 - Sentenças Judiciais

IV - modalidade de aplicação:

A **natureza da despesa** será complementada pela informação gerencial denominada “**modalidade de aplicação**”, a qual tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

10 - Transferências Intragovernamentais;

20 - Transferências à União;

30 - Transferências a Estados e ao Distrito
Federal;

40 - Transferências a Municípios;

***50** - Transferências a Instituições Privadas sem
Fins Lucrativos;

***60** - Transferências a Instituições Privadas com
Fins Lucrativos;

70 -Transfer. a Instituições Multigovernamentais

Nacionais;

71 -Transfer. a Consórcios Públicos ;

***80** - Transferências ao Exterior;

***90** - Aplicações Diretas;

91 - Operações Intra-orçamentárias.

É facultado o desdobramento
suplementar dos **elementos de despesa**
para atendimento das necessidades de
escrituração contábil e controle da
execução orçamentária.

Para Fins de Lei de Orçamento - Art. 15 da LF 4320/64

Classif. Instit.	Classificação Funcional	Classificação Programática	Classificação Econômica
07.02	10.301	0035.2046	339030

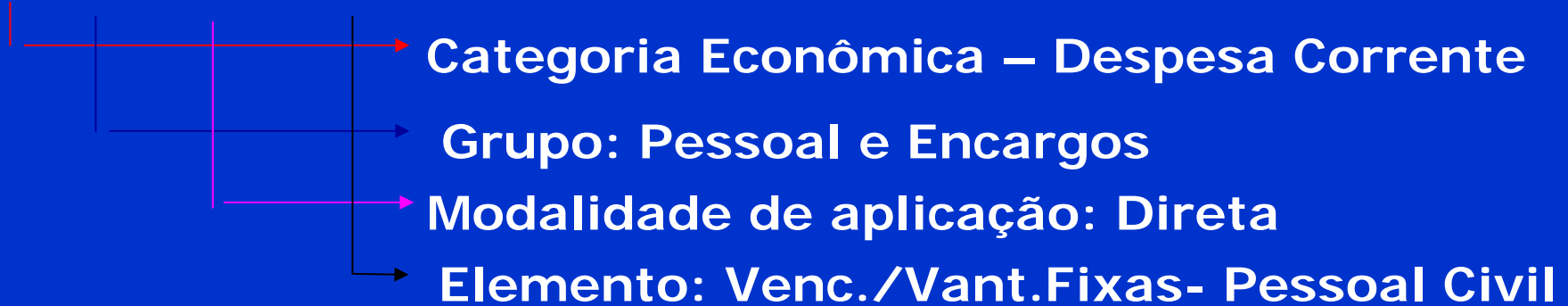


Para fins de Execução orçamentária - Empenho

Classif. Instit.	Classificação Funcional	Classificação Programática	Classificação Econômica	Recurso Vinculado	
<u>07.02</u>	<u>10.301</u>	<u>0035.2046</u>	<u>.33903009</u>	0001	Livre
<u>07.02</u>	<u>10.301</u>	<u>0035.2046</u>	<u>.33903009</u>	1002	Farmácia
<p> </p> <p> Rubrica: Mat.Farmacol. Elemento: Material de Consumo Atividade: Aquis.Medic.(F.Básica União) Programa: Prod. Distr. Medicamentos Subfunção: Atenção Básica Função: Saúde Fundo Municipal de Saúde Secret. Munc. de Saúde e Meio Ambiente </p>					

⇒ Codificação a partir da Portaria 163/01:

3.1.90.11.00 → A definir localmente



Exercícios

PLANO DE CONTAS
A PARTIR DO
EXERCÍCIO DE
2008

Conta é a denominação técnica dada aos componentes patrimoniais e aos elementos de resultado que, direta ou indiretamente, podem interferir na constituição e variação do patrimônio.

Na Contabilidade Pública, além das **contas patrimoniais**, que registram os componentes patrimoniais e são acumuladas de um exercício para outro, e as **contas de resultado**, que compõem a apuração do resultado e são “zeradas” ao final de cada exercício, temos as

contas de compensação, com a função precípua de controle, onde são registrados os bens, valores e obrigações que envolvem situação que imediata ou indiretamente possam vir a afetar o patrimônio, que permanecem com saldo até o encerramento do exercício ou até quando não mais houver necessidade desse controle (**convênios, sufuau, empréstimos, controle de disponibilidades e outros**).

É por meio das **Contas** que a Contabilidade consegue desempenhar seu papel. São as **Contas** que permitem a escrituração dos atos e fatos ocorridos na Administração Pública.

Toda vez que se procede ao registro desses atos e fatos, é necessário ter em mãos uma **Relação de Contas** utilizadas na escrituração contábil. Essa **Relação de Contas** é denominada **Plano de Contas**.

O **Plano de Contas** deve trazer as Contas julgadas necessárias à evidenciação de todos os componentes patrimoniais e dos fenômenos da gestão, relativos a uma determinada entidade (ou ente). A elaboração de um **Plano de Contas** deve compreender:

a) a intitulação de todas as **Contas** necessárias à relevação e sua disposição em sistema (Relação das Contas);

b) a enunciação das funções atribuídas a cada uma das **Contas** que compõem o plano (Função das Contas);

c) o estabelecimento da rotina dos lançamentos, de acordo com o desenvolvimento da gestão (Funcionamento das Contas - Tabela de Eventos).

PLANO DE CONTAS DA ADMINISTRACAO PUBLICA FEDERAL

OBJETIVO

A TABELA DE EVENTOS É O INSTRUMENTO UTILIZADO PELAS UNIDADES GESTORAS NO PREENCHIMENTO DAS TELAS E/OU DOCUMENTOS DE ENTRADA NO SIAFI PARA TRANSFORMAR OS ATOS E FATOS ADMINISTRATIVOS ROTINEIROS EM REGISTROS CONTABEIS AUTOMATICOS.

CLASSE DOS EVENTOS

10.0.000 - PREVISAO DA RECEITA

20.0.000 - DOTACAO DA DESPESA

**30.0.000 - MOVIMENTACAO DE
CREDITO**

40.0.000 - EMPENHO DA DESPESA

**50.0.000 - APROPRIACOES DE RETENÇÕES,
LIQUIDACOES E OUTROS**

51.0.000 - APROPRIACOES DE DESPESAS

CLASSE DOS EVENTOS

52.0.000 - RETENCOES DE OBRIGACOES

53.0.000 - LIQUIDACOES DE OBRIGACOES

54.0.000 - REGISTROS DIVERSOS

55.0.000 - APROPRIACOES DE DIREITOS

56.0.000 - LIQUIDACOES DE DIREITOS

60.0.000 - RESTOS A PAGAR

**61.0.000 - LIQUIDACAO DE RESTOS A
PAGAR**

70.0.000 - TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS

80.0.000 - RECEITA

EVENTO x CONTAS

	DEBITE	CREDITE
40.0.091 –	2.9.2.1.1.00.00	2.9.2.1.3.01.00
	1.9.2.4.1.01.01	2.9.2.4.1.01.01
	1.9.3.4.1.00.00	2.9.3.4.1.00.00

O objetivo do **Plano de Contas** é atender, de maneira uniforme e sistematizada, ao registro contábil dos atos e fatos relacionados com os recursos do tesouro municipal sob a responsabilidade dos órgãos da Administração Direta e Indireta, de forma a proporcionar maior flexibilidade ao gerenciamento e consolidação dos dados e atender **às necessidades de informação** em todos os níveis da Administração, dos órgãos de controle e de toda a sociedade.

Na contabilidade pública municipal o plano de contas será uniformizado a partir de 2008 pelo TCE/TO (IN nº 002/07) no âmbito dos órgãos da Administração Direta, inclusive seus fundos especiais, e da Administração Indireta, inclusive fundações públicas e utiliza a mesma *estrutura* do **Plano de Contas da União** contemplando as contas da **Portaria nº 916/03** do MPS, e alterações posteriores, de utilização obrigatória pelos RPPS e objetiva,

- a evidenciação do patrimônio e suas variações, proporcionando o conhecimento adequado da situação econômica, patrimonial, orçamentária e financeira de todas as unidades;
- o cálculo dos custos públicos;
- o acompanhamento e controle da execução orçamentária, realçando a receita e a despesa em seus diversos estágios;

- a extração de relatórios formais exigidos pela legislação e relatórios gerenciais necessários à avaliação de desempenho da gestão e dos resultados da implementação do orçamento-programa;
- o controle individualizado de direitos e obrigações;

- Possibilitar a extração de relatórios necessários a análise gerencial, inclusive **Balanco Orçamentário, Balanco Financeiro, Balanco Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais**, conforme anexos 12, 13, 14, 15, exigidos pela **Lei nº 4.320/64**, assim como todos os relatórios necessários ao cumprimento das exigências contidas na **LRF**;

- Padronizar o nível de informações dos órgãos da Administração Direta e Indireta com a finalidade de auxiliar o processo de tomada de decisão, ampliando a quantidade dessas informações e facilitando a elaboração do **Balanco Geral do Município;**

- Permitir, através do **Plano de Contas**, a implantação de um **sistema integrado de informações** orçamentárias, financeiras e patrimoniais na Administração Pública Municipal, capaz de atender aos aspectos legais e gerenciais em todos os níveis da Administração.

O PLANO DE CONTAS COMPREENDE DEZ NIVEIS DE DESDOBRAMENTO, CLASSIFICADOS E CODIFICADOS DE ACORDO COM A SEGUINTE ESTRUTURA:

	X	X	X	X	X	XX	XX	XX	XX	XX
	!	!	!	!	!	!	!	!	!	!
1. NIVEL - CLASSE _____		!	!	!	!	!	!	!	!	!
		!	!	!	!	!	!	!	!	!
2. NIVEL - GRUPO _____			!	!	!	!	!	!	!	!
			!	!	!	!	!	!	!	!
3. NIVEL - SUBGRUPO _____				!	!	!	!	!	!	!
				!	!	!	!	!	!	!
4. NIVEL - ELEMENTO _____					!	!	!	!	!	!
					!	!	!	!	!	!
5. NIVEL - SUBELEMENTO _____						!	!	!	!	!
						!	!	!	!	!
6. NIVEL - ITEM _____							!	!	!	!
							!	!	!	!
7. NIVEL - SUBITEM _____								!	!	!
								!	!	!
8. NÍVEL - DESDOBRAMENTO _____									!	!
									!	!
9. NÍVEL - DESDOBRAMENTO _____									!	!
										!
10. NÍVEL - DESDOBRAMENTO _____										!

ESTRUTURA DO PLANO DE CONTAS

O primeiro nível representa a classificação máxima na agregação das contas nas seguintes classes :

1- ativo

2- passivo

3- despesa

4- receita

5- resultado diminutivo do exercício

6- resultado aumentativo do exercício

obs: os níveis **08**, **09** e **10** serão utilizados pelas Entidades e pelo Tribunal de Contas para criar os desdobramentos necessários. os níveis **09** e **10** podem ser agrupados em um único nível caso seja necessário o desdobramento de mais de 99 contas no nível **09**.

O **Ativo** inclui as contas correspondentes aos bens e direitos, demonstrando aplicação dos recursos e estão dispostas em ordem decrescente do grau de liquidez compreendendo os seguintes grupos de contas :

1.1- Ativo Circulante

1.2- Ativo Realizável a Longo Prazo

1.4- Ativo Permanente

1.9- Ativo Compensado

O **Passivo** compreende as contas relativas as obrigações, evidenciando as origens dos recursos aplicados no ativo. As contas do passivo estão dispostas em ordem decrescente de exigibilidade ;
O **Passivo** é representado pelos seguintes grupos de contas :

2.1- Passivo Circulante

2.2- Passivo Exigível a Longo Prazo

2.3- Resultado de Exercícios Futuros

2.4- Patrimônio Líquido

2.9- Passivo Compensado

A **Despesa** compreende os recursos despendidos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício, desdobradas nas seguintes categorias econômicas :

3.3 - Despesas Correntes

3.4 - Despesas de Capital

3.9 - Reserva de Contingência

A **Receita** compreende os recursos recebidos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício, desdobradas nas seguintes categorias econômicas :

4.1- Receitas Correntes

4.2- Receitas de Capital

4.7- Receitas Correntes Intra-orçamentárias

4.8- Receitas de Capital Intra-orçamentárias

4.9- (R) Deduções da Receita Corrente

○ **Resultado Diminutivo do Exercício**

incluí as contas representativas das variações negativas da situação líquida do patrimônio e da apuração do resultado respectivo e contem os seguintes grupos :

5.1- Resultado Orçamentário

5.2- Resultado Extra-orçamentário

O Resultado Aumentativo do Exercício

incluí as contas representativas das variações positivas da situação líquida do patrimônio e da apuração do resultado respectivo e compreende os seguintes grupos de contas :

6.1 - Resultado Orçamentário

6.2 - Resultado Extra-orçamentário

6.3 - Resultado Apurado

Para fins de Consolidação das Contas Públicas Nacionais a União usará a seguinte estrutura:

1 ATIVO

- 1.1 ATIVO CIRCULANTE
 - 1.1.1 DISPONIVEL
 - 1.1.2 CREDITOS EM CIRCULACAO
 - 1.1.3 BENS E VALORES EM CIRCULACAO
 - 1.1.4 VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO
- 1.2 ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO
 - 1.2.1 DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO
 - 1.2.2 CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO
- 1.4 ATIVO PERMANENTE
 - 1.4.1 INVESTIMENTOS
 - 1.4.2 IMOBILIZADO
 - 1.4.3 DIFERIDO
- 1.9 ATIVO COMPENSADO
 - 1.9.1 EXECUCAO ORCAMENTARIA DA RECEITA
 - 1.9.2 EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA
 - 1.9.3 EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA
 - 1.9.4 DESP.E DIVIDAS DOS ESTADOS E MUNICIPIOS
 - 1.9.5 EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR
 - 1.9.9 COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS

3 DESPESA

- 3.3 DESPESAS CORRENTES
- 3.4 DESPESAS DE CAPITAL

5 RESULTADO DO EXERCICIO

- 5.1 RESULTADO ORCAMENTARIO
 - 5.1.1 DESPESA ORCAMENTARIA
 - 5.1.2 INTERFERENCIAS PASSIVAS
 - 5.1.3 MUTACOES PASSIVAS
- 5.2 RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO
 - 5.2.1 DESPESA EXTRA-ORCAMENTARIA
 - 5.2.2 INTERFERENCIAIS PASSIVAS
 - 5.2.3 MUTACOES PASSIVAS

2 PASSIVO

- 2.1 PASSIVO CIRCULANTE
 - 2.1.1 DEPOSITOS
 - 2.1.2 OBRIGACOES EM CIRCULACAO
 - 2.1.3 EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS EM CIRCULACAO
 - 2.1.4 VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO
- 2.2 PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO
 - 2.2.1 DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO
 - 2.2.2 OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO
 - 2.2.9 OUTRAS EXIGIBILIDADES
- 2.3 RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS
 - 2.3.1 RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS
 - 2.3.9 CUSTOS OU DESPESAS CORRESPONDENTES AS RECEITAS
- 2.4 PATRIMONIO LIQUIDO
 - 2.4.1 PATRIMONIO/CAPITAL
 - 2.4.2 RESERVAS
 - 2.4.3 RESULTADO ACUMULADO
 - 2.4.9 AJUSTE DO PATRIMONIO/CAPITAL
- 2.9 PASSIVO COMPENSADO
 - 2.9.1 EXECUCAO ORCAMENTARIA DA RECEITA
 - 2.9.2 EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA
 - 2.9.3 EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA
 - 2.9.4 DESP.E DIVIDAS DOS ESTADOS E MUNICIPIOS
 - 2.9.5 EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR
 - 2.9.9 COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS

4 RECEITA

- 4.1 RECEITAS CORRENTES
- 4.2 RECEITAS DE CAPITAL
- 4.9 * DEDUÇÕES DA RECEITA

6 RESULTADO DO EXERCICIO

- 6.1 RESULTADO ORCAMENTARIO
 - 6.1.1 RECEITA ORCAMENTARIA
 - 6.1.2 INTERFERENCIAS ATIVAS
 - 6.1.3 MUTACOES ATIVAS
- 6.2 RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO
 - 6.2.1 RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA
 - 6.2.2 INTERFERENCIAIS ATIVAS
 - 6.2.3 MUTACOES ATIVAS
- 6.3 RESULTADO APURADO

As contas de **Despesa e Receita** já foram padronizadas nacionalmente pela **STN** por meio das Portarias nºs **163** e **340**, respectivamente.

A **Portaria MPS nº 916/2003**, alterada pelas **Portarias MPS nº 1768/2003, nº 66/2005 e 95/2007**, padronizou as **Contas Patrimoniais** para os Regimes Próprios de Previdência, com utilização obrigatória a partir de **2007. (Portaria MPS nº 183, de 23-06-2006)**

A **Secretaria do Tesouro Nacional** está desenvolvendo um **Plano de Contas Nacional**, porém, a regulamentação ainda não tem data para ser editada.

A Portaria nº 136, da STN de 6 de março de 2007, criou o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis, dispondo sobre sua composição e funcionamento.

Os municípios do TO estão se antecipando a esse processo.

A **Lei 4.320** não estabelece qualquer planificação a ser observada, mas apenas as contas que devem constar nos demonstrativos.

Ressalta-se que as contas e códigos constantes do **Plano de Contas do TCE/TO**, até o 7º nível, são as mesmas utilizadas pela **Administração Pública Federal.**

EXECUÇÃO DA RECEITA

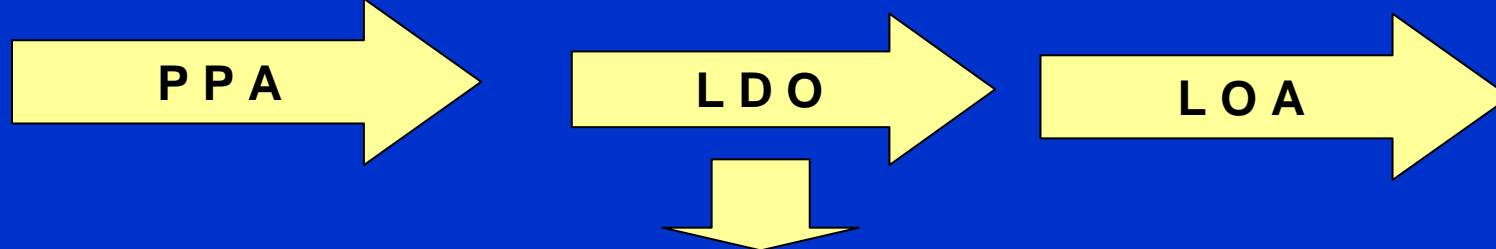
- Para cada conta de receita é necessário o código de Recurso Vinculado (LOA);
- O mesmo código de Recurso Vinculado será utilizado nas contas do Ativo;
- O código de Recurso Vinculado será informado na Nota de Empenho.

Receitas - Codificação a partir da Portaria 180/01:

4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRÓPRIO
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - MDE
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB
4.1.7.2.2.01.01.04.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS

EXECUÇÃO DA DESPESA

0001 a 1999	Intervalo de códigos definidos pelo TCE. De utilização OBRIGATÓRIA na Administração Direta
0010	Recursos Próprios
0020	MDE
0030	FUNDEB
0040	ASPS
0050	RPPS
0500	Código utilizado pela Administração Indireta para Recursos Próprios
2000 a 4999	Intervalo de LIVRE utilização pelas Entidades da Administração Direta
5000 a 7999	Intervalo de Livre utilização pelas Entidades da Administração Indireta, regidas pela LF nº 4320/64
8000 a 9999	Intervalo para vinculação dos Recursos Extra-orçamentários.



PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR

**(+ IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO,
+ COMPENSAÇÃO, SE NECESSÁRIO - ART. 17 DA LRF)**

LICITAÇÃO

EMPENHO

CONTRATO

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

- 3.3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
- 3.3.3.90.30.00 - Material de Consumo
- 3.3.3.90.39.00 - Serv. Terc. P.Jurídica
- 3.3.1.90.11.74 – Subsídios
- 3.3.1.90.11.74.01 - Prefeito

Nº: 001120		Data: 01/01/2007	Exercício: 2007
Orgão	13	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
Unidade	010	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
Função	04	ADMINISTRAÇÃO	
SubFunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa	195	APOIO ADMINISTRATIVO	
Projeto Atividade	2001	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	
Rubrica + Sub-elemento	33903076	MATERIAL E ACESSÓRIOS PARA CONSTRUÇÃO E ACABAMENTOS	
Recurso	0125	RECURSO DO TESOURO – RECURSO DE CONVÊNIOS COM OUTROS ORGÃOS FEDERAIS	
Nr. Conv/Instrum	002007		
Modalidade Licitação	10	PREGÃO ELETRÔNICO	
Valor	R\$ 150.000,00		
Histórico	VALOR REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DA REDE DE ESGOTO MUNICIPAL.		
Credor	BELTRANO & SICRANO LTDA		
CNPJ	000000111222/0001		

60

FIM

DA

APRESENTAÇÃO